

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 09/08/2021 à 31/12/2021	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	9
---	---

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	20
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	22
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	23
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	500
Preferenciais	0
Total	500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	2.024.391
1.01	Ativo Circulante	2.024.391
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	58.005
1.01.03	Contas a Receber	1.966.386

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	2.024.391
2.01	Passivo Circulante	57.643
2.01.03	Obrigações Fiscais	138
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	138
2.01.05	Outras Obrigações	57.505
2.01.05.02	Outros	57.505
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	57.505
2.02	Passivo Não Circulante	1.966.386
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.966.386
2.02.01.02	Debêntures	1.966.386
2.03	Patrimônio Líquido	362
2.03.01	Capital Social Realizado	500
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-138

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 09/08/2021 à 31/12/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-138
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-138
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-69
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-69
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-138
3.06.01	Receitas Financeiras	6.401
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.401
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-138
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-138
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-138
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	
3.99.01	Lucro Básico por Ação	
3.99.01.01	ON	-0,276

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)****Justificativa: Resultado do exercício igual a R\$ 0,00.**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 09/08/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-138
4.03	Resultado Abrangente do Período	-138

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 09/08/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.902.495
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-133
6.01.01.01	Juros carteira recebíveis	-6.386
6.01.01.02	Juros sobre as debentures	6.386
6.01.01.03	Prejuízo do período	-138
6.01.01.04	Remuneração debenturista	5
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.902.362
6.01.02.01	Direitos realizáveis	-1.960.000
6.01.02.02	Obrigações tributárias	138
6.01.02.03	Outras Obrigações	57.500
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	500
6.02.01	Capital social	500
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.960.000
6.03.01	Debentures	1.960.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	58.005
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.005

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 09/08/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500	0	0	0	0	500
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500	0	0	0	0	500
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-138	0	-138
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-138	0	-138
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-138	0	-138
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	500	0	0	-138	0	362

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 09/08/2021 à 31/12/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-69
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69
7.03	Valor Adicionado Bruto	-69
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-69
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.401
7.06.02	Receitas Financeiras	6.401
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.332
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.332
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	69
7.08.02.01	Federais	69
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-138
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-138
7.08.05	Outros	6.401
7.08.05.01	Despesas financeiras	6.401

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS VI S.A. (“Companhia” ou “Travessia Securitizadora”) apresenta-lhes o presente Relatório da Administração e as Demonstrações Financeira de 2021, auditadas pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. Esclarecemos que as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404/76”).

1. Contexto Operacional

A **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. (“Companhia”)**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 09 de agosto de 2021.

A Companhia tem por objeto social: (i) A aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente; (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída para adquirir as cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 (“Fundo”). O fluxo das cotas do Fundo cobre os pagamentos das despesas, juros e principal das debentures.

Foram emitidas 5.000.000.000 (cinco bilhões) de debentures da 1ª Emissão da Companhia, de série única, com valor nominal unitário de R\$ 0,01 (um centavo), que fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia se reuniu na seguinte data para:

- a. Em 09/08/2021, para realizar a constituição da Companhia; e
- b. Em 14/12/2021, para aprovar a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, de emissão da Companhia Emissão ” e Debêntures ”, respectivamente), sendo certo que as Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada Oferta Restrita ” e Instrução CVM 476 ”, respectivamente), por meio do “ Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. A.” Escritura de Emissão e aprovar a celebração do “ Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. A.””, entre a Companhia e o Coordenador Líder da Oferta, conforme definido no Contrato de Distribuição.

2. Condições econômicas da Companhia em 2021

A Diretoria da Companhia enfatiza que apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e honrar com suas obrigações no curto, médio e longo prazo, visto que o Passivo da Companhia está condicionado a performance Ativo da Companhia, conforme previsto na 1ª emissão de debêntures da Companhia.

2.1 Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

As demonstrações financeiras exigidas por lei, observarão, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras:

O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, que serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos.

- (i) a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro; e
- (ii) do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, 25% (vinte e cinco por cento) será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem.

No exercício social em que a distribuição do lucro for incompatível com a situação financeira da Companhia, o mesmo poderá ser retido, observando-se as disposições dos §§ 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações..

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Quando todos os acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária concordarem, o dividendo previsto no caput poderá ser dispensado, no todo ou em parte.

2.2 Emissão de Dívidas

A companhia emitiu debêntures no âmbito do “INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS VI S.A.”, no volume de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

A Companhia foi constituída para adquirir as cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 (“Fundo”). O fluxo das cotas do Fundo cobre os pagamentos das despesas, juros e principal das debentures.

Foram emitidas 5.000.000.000 (cinco bilhões) de debentures da 1ª Emissão da Companhia, de série única, com valor nominal unitário de R\$ 0,01 (um centavo), que fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

(“Remuneração”).

Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a alienação fiduciária da totalidade de cotas do Fundo (“Garantia”).

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures. As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora (“Risco de Crédito”).

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização (“Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa”).

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	14/12/2021
Data de vencimento	30/11/2027
Quantidade (Unidades)	5.000.000.000
Valor total (Reais)	50.000.000,00
Saldo devedor em aberto	R\$ 1.966.000,00
Restrição a circulação	Sim

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, nos termos do §1º do art. 15 da Instrução CVM 476, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. A negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital social	Não aplicável
Possibilidade resgate	Não

(i) Hipóteses de resgate:**Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures**

Hipótese e cálculo do valor de resgate	O Saldo Devedor das Debêntures deverá ser integralmente pago, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, em até 3 (três) Dias Úteis: (a) da data em que o montante total de recursos disponíveis na Conta Centralizadora e/ou nos Investimentos Permitidos e/ou na Reserva de Liquidação para pagamento das Debêntures, observada a Ordem de Alocação de Recursos aplicável à época, seja suficiente para o resgate integral de todas as Debêntures, observado o disposto na Escritura de Emissão, ou (b) da data em que, exclusivamente em razão da liquidação antecipada do Fundo, seja deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, ou ainda (c) da data em que quaisquer recursos referentes à venda do Imóvel que forem pagos à Emissora, na qualidade de cotista do Fundo, na Conta Centralizadora, incluindo, sem limitação, nas hipóteses que ensejarem a liquidação antecipada do Fundo e resgate das Cotas (conforme definições previstas no regulamento do Fundo), desde que o montante total de recursos disponíveis, considerando os recursos retidos na Reserva de Liquidação e eventuais recursos em excesso mantidos na Reserva de Despesas e Encargos, observada sempre a Ordem de Alocação de Recursos, sejam suficientes para o resgate integral de todas as Debêntures (“Data de Resgate Antecipado”).
---	--

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**(ii) Fórmula de Cálculo do Valor de Resgate**

Vide item (i) acima

Características dos valores mobiliários de dívida

Vide item 18.12 abaixo.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

A alteração de qualquer termo ou condição da Emissão, das Debêntures e/ou da Garantia e/ou a celebração de qualquer Aditamento à Escritura de Emissão de Debêntures e/ou ao Contrato de Garantia; e a cessão ou transferência, pela Companhia, a qualquer título, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% mais 1 das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas.

Outras características relevantes

Todas as características relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade.

4. Projetos desenvolvidos

Não há projetos desenvolvidos.

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia contratou o auditor independente apenas para a prestação do serviço de auditoria externa, evitando assim, qualquer tipo de conflito de interesse.

6. Perspectivas

Para o ano de 2022, a Companhia pretende focar na realização de novos negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de títulos de créditos, além da realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Esclarecemos, por fim, que este Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

São Paulo, 16 de maio de 2022.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente

Luis Philipe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 09 de agosto de 2021.

A Companhia tem por objeto social: (i) A aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente; (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída para adquirir as cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo"). O fluxo das cotas do Fundo cobre os pagamentos das despesas, juros e principal das debentures.

Foram emitidas 5.000.000.000 (cinco bilhões) de debentures da 1ª Emissão da Companhia, de série única, com valor nominal unitário de R\$ 0,01 (um centavo), que fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

1.1 Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. A Companhia está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Adicionalmente, a Companhia considera que os impactos da pandemia estão adequadamente gerenciados até o momento, sem impactos financeiros significativos aos negócios.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Autorização

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 16 de maio de 2022.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis são apresentadas em valores expressos em de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Reapresentação das demonstrações financeiras

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras referente ao exercício de 31 de dezembro de 2021, as quais foram originalmente emitidas em 15 de fevereiro de 2022, que por ora estão sendo reapresentadas com o intuito de atender o Ofício nº 90/2022/CVM/SEP/GEA-1 no processo de abertura de capital da empresa.

Os efeitos dessas correções no balanço e demonstração do resultado estão demonstrados em todos os números financeiros, que deixaram de serem apresentados em milhares de reais, e relacionados conforme descrito nas notas explicativas nº 5.3 e 6.

2.4. Apuração do resultado

Notas Explicativas

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.5. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

Notas Explicativas

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Notas Explicativas**2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação****2.8. Instrumentos financeiros—Continuação****2.8.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.8.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.8.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2.8.4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes.	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual.	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido.	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato.	01/01/2022

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2021
Caixa e bancos conta movimento	510
Aplicações financeiras (i)	57.495
Total	58.005

(i) Aplicações automáticas de curto prazo com liquidez imediata.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de 09 de agosto de 2021 (Data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 09 de agosto de 2021 (Data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário – Ausência de auditoria

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia possui cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo") no montante de R\$ 1.966.386, cujas atividades iniciaram em 22 de dezembro de 2021. Conforme instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") Nº 516 para os fundos em funcionamento há menos de 90 (noventa) dias e cujas cotas não estejam admitidas à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários, a auditoria das demonstrações financeiras não é obrigatória. Nossa Opinião não está ressaltada a cerca deste assunto

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 15 de fevereiro de 2022 emitimos o relatório de auditoria da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que por ora estão sendo reapresentadas com o intuito de atender o Ofício nº 90/2022/CVM/SEP/GEA-1. Conforme descrito na Nota Explicativa no 2.3, estas demonstrações financeiras foram alteradas para aprimorar certas divulgações em notas explicativas e a correção de erros identificados conforme previsto no CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro. Consequentemente, nosso relatório de auditoria considera essas alterações e substitui o relatório anteriormente emitido. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Além do assunto descrito na seção "Base para opinião sobre as demonstrações financeiras", não existem outros principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de 09 de agosto de 2021 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao

fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de maio de 2022.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente

Eu, Luis Philipe Camano Passos, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Luis Philipe Camano Passos
Diretor de Relações com Investidores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora Sem Designação Específica Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Camila Maria Oliveira
Diretora Sem Designação Específica

Eu, Thais de Castro Monteiro, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Thais de Castro Monteiro
Diretora de Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente

Eu, Luis Philipe Camano Passos, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.545.393-1 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 345.394.968-40, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com os Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Luis Philipe Camano Passos
Diretor de Relações com Investidores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora sem designação específica da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Camila Maria Oliveira
Diretora sem designação específica

Eu, Thais de Castro Monteiro, brasileiro, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 421.565.628-14, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Thais de Castro Monteiro
Diretora de Compliance